



Um podcast original da Rádio Novelo

Episódio 98

Não no meu quintal

Branca Vianna: Está começando o Rádio Novelo Apresenta.

Funcionária: Vamos lá.

Branca Vianna: Eu sou a Branca Vianna.

Funcionária: Hein, acolhimento de manhã, quem vai estar?

Branca Vianna: É uma quinta-feira e uma equipe de diferentes profissionais de saúde está se preparando para começar mais um dia de trabalho.

Thayssa Rios: Todo dia de manhã cedo eles fazem uma reunião dos funcionários, falando caso a caso.

Branca Vianna: A Thayssa Rios é jornalista e foi a nossa correspondente nessa história.

Thayssa Rios: "Gente, ó fulano voltou ontem..."

Funcionária: Vou pedir muita ajuda dos técnicos, porque, assim, é pra ele tomar um banho.

Thayssa Rios: E tá precisando disso. "Ciclano veio aqui, pegou os remédios, nunca mais voltou." "Gente, e não sei quem? Não veio mais."

Funcionária: Ele falou que está usando muito e não está se alimentando...

Thayssa Rios: "Não sei quem comentou que o outro apanhou na rua."

Funcionária: Bom, na verdade ele bebeu, né?

Branca Vianna: Mas como você já pode ter percebido, esse não é um serviço de saúde comum. Não é um hospital, nem um postinho.

Funcionário: Ele tem vindo muito emagrecido aqui no CAPS, pois nunca...

Branca Vianna: É um CAPS.

Thayssa Rios: É o Centro de Atenção Psicossocial.

Branca Vianna: Você provavelmente já ouviu falar dos CAPS, que são unidades de atendimento de saúde mental que fazem parte do SUS. Só que esse é um CAPS AD.

Thayssa Rios: E o AD, especificamente, é para pessoas em uso de Álcool e Drogas.

Funcionária: Aí ele até ficou: "ah, mas como é que funciona aqui? Aqui as pessoas usam droga, não sei como é que vai ser lidar com isso". Aí eu falei, no mundo as pessoas usam droga...

Branca Vianna: A Thayssa visitou o CAPS AD Alcenir Veras – que fica na Zona Norte de Niterói, no bairro Fonseca – para entender uma história que aconteceu lá, no ano passado. E que ainda tá acontecendo, na verdade.

Thayssa Rios: Eu moro no bairro do lado, eu passo literalmente ali em frente todo dia para poder ir trabalhar, e tal. E eu confesso que eu não sabia desse rolo que teve lá quando...

Branca Vianna: Esse "rolo", que a Thayssa está falando, é um tipo de conflito bem comum. De serviços essenciais, que precisam existir, mas que geram rebuliço quando chegam numa vizinhança. Por exemplo: feira. Todo mundo quer ir na feira pra comprar fruta e legume fresquinho, mas ninguém quer morar na rua da feira. Talvez umas duas ruas pra baixo ou pra cima, mas não ali, tão perto. Os dois atos do episódio de hoje – cada um à sua maneira – se passam nesse tipo de zona de conflito. Que a gente resolveu resumir como "Não no meu quintal". Só que, diferente da feira, os serviços e as estruturas que tão no centro dessas histórias são relativamente novos no mundo. A gente ainda está aprendendo a decifrar eles. O que adiciona alguns graus de tensão nessas disputas territoriais.

Bia Guimarães: Esse "Não no meu quintal", né, gerou várias perguntas aí na nossa cabeça – que não necessariamente a gente sabe as respostas, mas...

Branca Vianna: Quem continua te contando a história do primeiro ato, junto com a Thayssa Rios, é a Bia Guimarães.

ATO 1: 500 metros

Bia Guimarães: A Thayssa nunca tinha reparado naquela casa que estava sempre no caminho dela. Muito menos tinha entrado lá. Na verdade, quando eu procurei ela para me ajudar com essa história, ela confessou que não entendia muito bem o que era e como funcionava um CAPS – nesse caso, um CAPS AD.

Thayssa Rios: Do lado de fora, quando você olha, é bem estreitinho, assim, nem dá pra ver que é um lugar tão grande. E do lado de dentro você vê aquele monte de gente.

Bia Guimarães: Quem guiou a Thayssa lá dentro do CAPS AD Alcenir Veras foram a Camilla Costa...

Camilla Costa: Eu sou a Camilla, sou terapeuta ocupacional.

Bia Guimarães: E o William Toledo.

William Toledo: Eu sou assistente social.

Thayssa Rios: Vocês atendem quantas pessoas, assim, por dia?

Camilla Costa: Sessenta...

William Toledo: É, acho que de 60 a 70, assim, por dia.

Thayssa Rios: Tem uma recepção, que você passa ali e fala o que você vai fazer, para onde que você vai e tal. Logo assim que você entra, tem tipo a mesa do lado do refeitório, aí tem o pessoal já comendo. Aí tem um pessoal fazendo artesanato. Aí tem o banheiro para a galera tomar banho. Tem um pátio, que é a parte de convivência. Tem oficinas, tem passeios que eles fazem pelo Rio de Janeiro...

Camilla Costa: Hoje, por exemplo, vai ser no Museu do Amanhã, lá no Rio.

Bia Guimarães: Também tem atividade física, atividades musicais, rodas de conversa, reuniões em que as famílias dos usuários do CAPS participam também.

Thayssa Rios: E lá tem oito leitos que algumas pessoas também, quando estão em situação de muita vulnerabilidade – precisam ficar, dormir – elas podem dormir lá.

Camilla Costa: O quadro de AN é o quadro do acolhimento noturno, onde a gente...

Bia Guimarães: Nessa hora, a Camilla estava explicando pra Thayssa o que estava escrito numa lousa.

Camilla Costa: Aí do lado tem “risco de suicídio” e “risco de fuga”, que são informações, assim, pra gente ficar atento mesmo enquanto a pessoa tiver aqui, então quando tem...

Bia Guimarães: Quando a gente pensa num lugar feito pra quem tem um problema de uso abusivo de álcool ou de outra droga, é comum que a gente imagine ou uma reunião de Alcoólicos Anônimos ou uma clínica de reabilitação. Esses lugares onde tudo gira em torno da abstinência. Mas os CAPS AD funcionam numa outra lógica, que vai muito além de só tentar deixar a pessoa "limpa", entre aspas.

A lógica da redução de danos.

Thayssa Rios: Tem uma reunião chamada exatamente "redução de danos". Eles participam para poder conversar, falar como é que está a situação deles, o que eles estão precisando, quais são as demandas deles.

Bia Guimarães: Redução de danos é a ideia radical de que, se tem um problema que a gente não vai conseguir eliminar por completo, que a gente pelo menos consiga deixar ele menos pior. A gente até falou sobre isso em outro episódio do Apresenta, chamado justamente “Menos pior” – ele tá linkado na página desse episódio no nosso site. Nesse caso aqui, redução de danos significa pensar o que é melhor para cada caso. Em como ajudar as pessoas que querem zerar o consumo e, ao mesmo tempo, melhorar a vida de quem não consegue – ou simplesmente não quer – parar de beber ou de usar outra droga. Então lá tem, sim, atendimento médico, atendimento psicológico, tem remédio... Mas não é só sobre isso. Tem gente que procura o CAPS AD num momento da vida e depois deixa de frequentar. E tem gente que continua indo lá por anos.

Thayssa Rios: Me conta, qual é seu nome? Quantos anos você tem?

Bia Guimarães: Lá dentro, a Thayssa conheceu pessoas como a Carla.

Carla Ávila: Meu nome é Carla Fernandes Ávila, eu tenho 48 anos...

Bia Guimarães: Ela contou que entrou numa depressão profunda depois que os pais morreram.

Carla Ávila: Eu perdi tudo. Eu perdi a minha condição financeira toda, sabe? Eu tinha minha casa, tinha tudo.

Bia Guimarães: Aí um problema foi puxando o outro.

Carla Ávila: Problemas com drogas, essas coisas... com bebida, né, tem que falar a verdade. Aí eu estou me recuperando, sabe?

Bia Guimarães: A Thayssa também conheceu a Leona.

Leona: Olá gente, meu nome é Leona, sou uma mulher trans. Eu tô aqui no CAPS AD devido, né, ao conflito familiar. Meu esposo, ele sumiu, mas...

Bia Guimarães: Ela teve que sair de casa muito novinha, por ser trans.

Leona: Eu aprendi com a rua, a sobreviver.

Bia Guimarães: Mas ela conseguiu estudar administração, já foi vendedora de lingerie, fez curso de cabeleireira... Só que aí, "por causa de homem", como ela diz...

Leona: Acabei usando crack, usando cocaína e me acabei no mundo, né?

Bia Guimarães: Falando em homem, a Carla e a Leona ainda são exceção nesse CAPS. A equipe tem tentado fazer atividades para atrair mais mulheres, mas por enquanto a grande maioria dos frequentadores é homem.

Thayssa Rios: Fala seu nome para mim, sua idade...

Bia Guimarães: Tipo o Claudio Machado, de 57 anos.

Claudio Machado: E sou catador de material reciclável e andarilho.

Bia Guimarães: E o Ubirajara.

Ubirajara Juvencio: Meu nome é Ubirajara de Assunção Juvencio, 48 anos.

Bia Guimarães: Os dois têm problema com a bebida.

Ubirajara Juvencio: Eu saio de mim quando tô bêbado, quando bebo compulsivamente cerveja, é só Deus. Não sei como é que minha esposa aguenta. Por isso que eu venho buscar ajuda aqui no CAPS. E aqui eu me sinto muito bem. Espero que isso aqui não acabe.

Bia Guimarães: O Ubirajara foi encaminhado pro CAPS pela empresa onde ele trabalha, que é responsável pela limpeza urbana de Niterói. Nas quintas-feiras ele consegue liberação do trabalho pra ir participar das atividades, principalmente do grupo de redução de danos.

Ubirajara Juvencio: Porque a bebida, ela é prazerosa, é gostoso, bacana na hora. Mas, depois é que a gente vê o que a gente 'fizemos' lá atrás, entendeu? Então, se a gente não procurar ajuda, o buraco está ali, é rápido. Para se afundar é rápido. Agora, para levantar é o difícil.

Claudio Machado: É verdade.

Bia Guimarães: Você vai ouvir mais deles daqui a pouco.

Voltando para a Camilla e para o William, que trabalham no CAPS AD Alcenir Veras.

Camilla Costa: A gente quer que as pessoas sejam tratadas de forma digna, de forma humana, respeitando os direitos, em liberdade...

William Toledo: Sim, e em convívio social, né, na cidade, frequentando a cidade.

Bia Guimarães: Toda a proposta desse serviço é justamente cuidar das pessoas sem isolar elas do mundo. Sem nada que pareça uma prisão ou um manicômio. É oferecer esse serviço na cidade, nos bairros, dentro do convívio social. Mas é aí que a coisa complica.

Camilla Costa: Mas foi um choque que alguém pudesse, assim, concretamente, impedir que um serviço de saúde viesse a funcionar. Teve abaixo assinado...

Bia Guimarães: O conflito veio à tona no ano passado, 2023. Depois de quase 19 anos funcionando numa rua mais movimentada ali no Fonseca, em Niterói, a equipe desse CAPS AD – que hoje chama Alcenir Veras – começou a se preparar para mudar de endereço. O imóvel de antes estava com vários problemas, incluindo infestação de ratos. E a ideia era não só ir para um lugar melhor, mas também que tivesse espaço para ter leitos, para ampliar o tipo de acolhimento que eles ofereciam.

Camilla Costa: Tivemos algumas dificuldades para poder achar a casa, uma casa que fosse adequada...

Bia Guimarães: Até que finalmente encontraram uma casa a menos de um quilômetro de distância. Essa pela qual a gente já fez um pequeno tour, com a Thayssa. Eles ficaram animados. Ia dar pra fazer muito mais coisa nesse lugar novo. Só precisava de uns reparos antes da mudança. Só que, enquanto as obras ainda estavam rolando, a vizinhança foi descobrindo o que é que ia existir ali.

Thayssa Rios: Começou, tipo, uma rejeição, assim, de não querer que o CAPS ficasse ali, né?

Bia Guimarães: Rolou abaixo-assinado, manifestação de vizinhos, de empresários locais... As pessoas reclamavam que elas não tinham sido consultadas sobre a instalação do CAPS AD nesse lugar.

Thayssa Rios: A alegação que eles tinham é que nessa rua, do lado do CAPS, tem uma creche e umas cinco casas depois, assim, tem um colégio.

William Toledo: Ah não, porque vai colocar um CAPS na rua de uma escola? Vai colocar um CAPS na rua de uma creche?

Bia Guimarães: A creche, que é particular e divide muro com o imóvel que estava para virar CAPS, não chegou a se movimentar contra a mudança. Mas a escola que fica a algumas casas de distância, que também é particular, sim. Eles entraram com um pedido no município para embargar a obra e impedir que o CAPS AD fosse para aquele endereço. A obra ficou cerca de uma semana parada e depois foi liberada.

Faz mais de um ano que isso aconteceu. E você já sabe que, no fim, o CAPS foi mesmo instalado ali. Mas eu procurei a escola para entender melhor o que estava por trás daquele pedido. Quem falou comigo foi a Larissa Fonseca, que é assistente financeira dessa escola, a “Espaço Aberto”.

Larissa Fonseca: Desde sempre a gente sempre trabalhou com inclusão. Então, assim, a gente compreende bastante a importância da inclusão das pessoas na sociedade, da forma como elas precisam se inserir para serem... para serem seres humanos autônomos na sociedade. De forma alguma a gente acha que não é importante o serviço do CAPS. A gente entende a importância, acha válido. Só que o nosso debate é quanto à localização. O nosso olhar é que não seja o melhor local para estar instalado um atendimento de pacientes que são mentalmente instáveis, né? É muito trânsito de crianças, adolescentes que passam sozinhos na rua. O nosso interesse, a nossa luta é para que ele seja movido para outro lugar, para uma área mais central, para uma área que tenha menos trânsito de crianças...

Bia Guimarães: Mais ou menos na mesma época em que a escola fez o pedido para embargar a obra, um vereador de Niterói entrou em cena. O Douglas Gomes, do PL, apresentou um projeto de lei¹ para proibir a instalação de novas unidades do CAPS a menos de 500 metros de escolas em Niterói, e para realocar as unidades que já existem e que infringem essa distância. Isso, para qualquer CAPS, não só para os AD, que são voltados para quem faz uso abusivo de álcool e outras drogas. A justificativa do vereador é que os CAPS são frequentados por pessoas com “transtornos mentais e em conflito com a lei”, pessoas que cometeram crimes e que

¹ <https://consultaniteroi.siscam.com.br/DetalhesDocumentos.aspx?IdDocumento=220146>

agora estão sendo tratadas nos CAPS. O projeto fala que é essencial "a reintegração desses indivíduos à sociedade" e que essa preocupação "não se baseia em preconceito", mas que colocar um CAPS perto de uma escola gera uma insegurança para as crianças e para os pais. O que fica implícito nesse projeto do Douglas Gomes é que, com o fechamento dos manicômios judiciais - como resultado de todo o movimento de reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial das últimas décadas -, pessoas que cometem crimes e que têm diagnóstico de transtorno mental estariam frequentando esses lugares, os CAPS.

Só para explicar rapidinho: hoje em dia, com o fim dos manicômios, o SUS acolhe as pessoas que precisam de cuidado psiquiátrico por meio da Rede de Atenção Psicossocial, a RAPS. Os CAPS fazem parte da RAPS, dessa rede, assim como outros serviços: residências temporárias, ambulatórios, alas de psiquiatria dentro de hospitais gerais, enfim. Se uma pessoa comete um crime mas ela é inimputável, por alguma questão de saúde mental, é a Justiça – junto com a opinião de médicos e especialistas na área – que determina para onde que ela vai ser encaminhada dentro dessa rede, dependendo da gravidade do caso. Se ela vai precisar de um tempo de internação num hospital, se ela vai para uma residência transitória, se vai ser só o acompanhamento do CAPS mesmo... Então, sim, se você entra num CAPS, *pode* ter gente ali que tem passagem pela Justiça. Mas *não* é a maioria das pessoas. Eu, você, qualquer pessoa pode usar o CAPS. A *maior parte* das pessoas é encaminhada para lá por outros serviços de saúde, por assistentes sociais, ou vai por conta própria mesmo. Bom, esse projeto de lei do Douglas Gomes ainda tá tramitando. Em novembro de 2023, as obras terminaram e o CAPS AD Alcenir Veras foi instalado ali, a poucas casas de distância da escola Espaço Aberto.

Larissa Fonseca: A gente perdeu bastante aluno com pais claramente explicitando que estavam preocupados com a segurança dos filhos.

Bia Guimarães: Você me conta um pouco melhor como é isso? O que que você já viu acontecer? O que você já ouviu de relato dos pais?

Larissa: Já aconteceu de abordar professor e não deixar o professor chegar à escola, não deixar ele passar na rua... De tentar entrar na escola, mais de uma vez. Teve uma das vezes...

Bia Guimarães: A situação mais marcante, segundo a Larissa, foi quando um usuário do CAPS – que parecia estar em surto – entrou na escola, no horário de entrada dos alunos. Eles tiveram que chamar a polícia e fazer um B.O. Eles também reclamam que tem gente que pega medicação controlada no CAPS e depois joga na rua. O que pode ser perigoso se alguma criança ou adolescente encontrar e resolver tomar.

Thayssa Rios: Tá gravando...

Bia Guimarães: A Thayssa foi pra porta da escola Espaço Aberto num horário de saída, para conversar com os pais.

Pablo Rodrigues: Eu me preocupo, sim. Já ocorreu de eu ver pessoas brigando nessa rua mesmo, da escola, lá no final da rua. Eu acho que não deveria ter esse CAPS aqui.

Thayssa Rios: Estava até rolando um projeto de lei, né. De manter os CAPS a 500 metros de um colégio. Você concorda?

Pablo Rodrigues: Concordo. Eu acho que deveria ter.

Mãe (sem identificação): É porque às vezes passam pessoas alcoolizadas aqui e aí assediam as mães. Já vi pessoas sentadas ali em frente à escola cheirando cocaína, aí as crianças têm que presenciar isso. As meninas adolescentes aqui saem, eles ficam mexendo, e não tem uma pessoa ali para poder estar olhando, entendeu? De repente se tivesse no horário da saída e no horário da entrada um guarda municipal ou alguém da prefeitura monitorando, mesmo, vigiando eles, seria tranquilo. Mas assim, fica no início, mas depois sai.

Bia Guimarães: Não tem como a gente averiguar essas situações que os pais relataram, mas as percepções deles estavam bem divididas.

Gisele: Às vezes acontece de ficar um pessoal e tal, mas eu nunca tive problema nenhum, nunca me incomodaram... e é necessário, né, então, não

tem o que fazer.

Candy: Mas eu acho que a gente tem que ver a questão do CAPS com outros olhos, né? São pessoas que precisam de auxílio, são pessoas que estão ali não porque eles sonharam, não era o que eles queriam, né? Então eu acho que precisam de um pouco mais de acolhimento, talvez.

Pai (sem identificação): A minha filha é autista. Ela tá saindo aqui agora.

Thayssa Rios: Vai lá, pode ir lá pegar ela!

Pai (sem identificação): Oi, meu amor!

Thayssa Rios: Você, como pai, tem alguma preocupação de ter um CAPS aqui na...

Pai (sem identificação): Ah, com certeza. Com certeza. Ainda mais ela, que ela qualquer coisa chama a atenção. Ela encosta nas pessoas, então assim, ela não tem aquela coisa do estranho. Se tiver um portão aberto ela entra...

Bia Guimarães: Alguns contaram que os grupos de pais ficaram agitados – para um lado e para o outro – na época que rolou o pedido de embargo da obra e o tal projeto de lei.

Marianne: Eu achei bárbaro, assim. As pessoas na verdade não sabem o que é um CAPS. E elas foram só na emoção, de achar que ali frequentariam pessoas perigosas e que poderiam, sei lá, botar em risco a saúde das crianças. Eu discuti em vários grupos dos pais e eu tentei colocar o que é um CAPS. Eu sou assistente social. É como ser contra um hospital perto de escola, é como ser contra qualquer outra unidade de saúde. Eu não sei de nenhum problema que os usuários da saúde mental estão tendo com os nossos alunos aqui, os nossos filhos. Eu não vi nada acontecer, tá tudo tranquilo, assim. Eu, de verdade, não consigo entender o alvoroço que foi feito por causa de um CAPS perto de uma escola. Que foi, você quer falar?

Filha da Marianne: Olha, eu vejo que os pais dos alunos também falam isso pros próprios alunos. Eu conversei sobre.. [com] os alunos sobre isso. E uma das minhas colegas falou que essas pessoas eram perigosas e tal e que elas podiam machucar a gente. Coisas que eu acho que nem ela sabe direito, que ela só tá repetindo coisas que ela ouviu.

Thayssa Rios: Você já sentiu medo deles alguma vez?

Filha da Marianne: Não.

Larissa Fonseca: No começo era um pouco mais difícil – aliás, era bastante mais difícil. Hoje em dia são episódios um pouco mais isolados.

Bia Guimarães: Aqui de novo a Larissa, porta-voz da escola. Ela disse que os problemas deram uma amenizada, mas que a escola ainda tem esperança de que o CAPS se mude de lá. E não é só a escola que está incomodada. Eu e a Thayssa também falamos com o síndico de um prédio quase vizinho, que também se posicionou contra a instalação do CAPS ali. O Antônio Carlos de Azevedo.

Antônio Azevedo: Toda vez que existe consulta no CAPS, fica uma porção de gente do outro lado da rua, na calçada, deitados na rua, deitados na calçada, esperando ser chamados. E tudo isso nos causa preocupação. Existe vários locais que a prefeitura poderia estar colocando...

Bia Guimarães: Ele disse que tem medo que uma pessoa alterada ou em crise possa atacar alguma criança ou algum morador do bairro. As preocupações dele são principalmente pelo o que pode acontecer.

Antônio Azevedo: E as surpresas que podem acontecer com pessoas que infelizmente são pessoas que têm problemas psiquiátricos. Tanto é que é o CAPS.

Bia Guimarães: Mas ele confessa que...

Antônio Azevedo: Eu vou ser sincero aqui, eu pensei que a coisa fosse ser pior, tá? Mas não está nada, assim, horrível, não.

Bia Guimarães: Virando a esquina, a uns 150 metros do CAPS, tem um colégio público. Com essa escola nunca deu problema.

Camilla Costa: Inclusive semana passada a gente estava lá fazendo uma atividade, que foi feita em um espaço do colégio público.

William Toledo: E vira e mexe, quando eu estou passando ali na rua de trás, tem algum usuário que as crianças vão, começam a interagir e brincar. Outro dia encontrei o Popó, cara. Falando com um monte de crianças, as crianças brincando lá com o Popó e eu só passei. Fiquei olhando o Popó brincando, fazendo piada com as crianças e não sei o que... Aí quando acabou a palhaçada, eu falei assim: "Popó vamos para o CAPS?". [risos]

Bia Guimarães: A Camilla e o William, que trabalham no CAPS Alcenir Veras, acham que a raiz do conflito está na falta de conhecimento e no preconceito das pessoas sobre o serviço e sobre quem frequenta ele. Eles contaram que, por causa da movimentação da vizinhança, chegou a ter patrulha lá na porta.

William Toledo: Ficaram por um período de tempo aqui, todo dia de manhã e à noite na saída da escola, uma patrulha. Duas motos de polícia, com policiais em frente ao CAPS, com a gente fazendo plantão. Me senti inclusive coagido enquanto profissional, né? E aí fica difícil sustentar esse cuidado, né? Como que a gente sustenta esse cuidado diante de tantos rechaços, né?

Bia Guimarães: Pros usuários do CAPS também não devia ser confortável essa presença ali. Guardas parados na frente de um serviço que deveria ser receptivo para quem faz uso de drogas.

Camilla Costa: É difícil pra gente, acho que é difícil para os usuários também. A gente tratou muito isso com eles, para que eles pudessem estar inteirados do que estava acontecendo.

Bia Guimarães: Eles disseram que têm tentado cada vez mais estabelecer um diálogo um com os vizinhos.

Thayssa Rios: E quando teve esse conflito aqui na rua, dos moradores com vocês, vocês chegaram a perceber olhares negativos ou alguém chegou a falar alguma coisa?

Claudio Machado: Muito. Muito. Muito olhar negativo.

Bia Guimarães: Aqui é de novo o Claudio, usuário do CAPS que você ouviu mais cedo. Ele frequenta o CAPS do Fonseca desde o endereço antigo. No final do ano passado, depois da mudança, ele participou da produção de um jornalzinho com outros funcionários e usuários de lá.

Claudio Machado: Nós já estamos na terceira edição. E ainda tem a primeira. Quer ver a primeira edição? Tem aqui, eu posso te mostrar!

Thayssa Rios: Ah, eu quero!

Bia Guimarães: A ideia do jornalzinho era justamente contar para as pessoas o que é um CAPS AD. Quase que uma estratégia de redução de danos para esse conflito territorial. Tem uma carta aberta aos leitores, escrita por um usuário – ou uma usuária – do CAPS, que assina como L.V. Diz assim:

"Venho noticiar a vocês, que são da sociedade, que somos pessoas como todos e que buscamos nossos direitos de sobrevivência de vida. Então venho pedir a você, que não conhece, venha conhecer. Ou traga um familiar que tenha algum problema de saúde.

Claudio Machado: Eu falo com muita gente da rua pra vir pra cá. Que muitos ficam com medo de vir pra cá, que acham que é obrigado a tomar remédio, que é obrigado a ficar internado. Aí fica com aquele medo. Se você quiser participar de tudo...você não é obrigado a nada. Pode ir lá se alimentar, tomar seu café, jogar um dominó, jogar um baralho, tudo isso daí.

Bia Guimarães: O Claudio entende esse medo.

Claudio Machado: Que eu me trato desde o tempo do Jurujuba...

Bia Guimarães: O Jurujuba era um hospital psiquiátrico de Niterói. O lugar ainda existe, mas como ambulatório psiquiátrico. Não tem mais internações como antigamente.

Claudio Machado: Se me internar eu fujo, eu prefiro vir me tratar. Desde o tempo do Jurujuba. Aí depois virou CAPS e melhorou mil vezes.

Ubirajara Juvencio: Na realidade, o Jurujuba, quem cai ali dentro fica mais doente ainda.

Claudio Machado: Fica mais maluco ainda!

Bia Guimarães: Esse aí, do lado do Claudio, é o Ubirajara, que você também já ouviu aqui. Os dois têm filhos, assim como a Carla e vários outros usuários do CAPS. Filhos e netos que frequentam ou que já frequentaram escolas.

Thayssa Rios: Quando mudou pra cá, teve um pessoal da rua que não queria muito que o CAPS fosse aqui, né?

Claudio Machado: Estão com medo, acham que todo mundo que se trata aqui é maluco, é agressivo e tal.

Ubirajara Juvencio: Sem falar, querendo ou não, a nossa cor.

Thayssa Rios: Que assim, quem são os usuários, sabe? Qual é a maioria da galera que tá ali? O próprio Cláudio e o Ubirajara tocaram nesse ponto: "Não é só que a gente é usuário e que a gente está aqui no CAPS, é que nós somos homens pretos também". São pessoas pretas que estão ali, a grande maioria, e homens, tem muito mais homens do que mulheres. E aí vai muito da sociedade também que a gente vive, né? De: quem é o perigo? Quem e qual é o perfil do perigoso?

Bia Guimarães: Uma parte das pessoas que procuram o CAPS AD ou que são encaminhadas para lá por outros serviços vive em situação de rua. Num país como o nosso, é praticamente impossível separar a questão do uso abusivo de álcool e outras drogas das questões sociais. Muitas vezes é a própria vulnerabilidade social

– a falta de emprego, de moradia, de ter o que comer – que leva a pessoa a buscar algum conforto na bebida. E também não dá pra separar tudo isso das questões de saúde mental. Tem gente que começa a usar drogas justamente porque está em sofrimento psíquico. Também tem gente que, de tanto usar, fica adoecido, ou agrava aquele sofrimento.

Eu cheguei nessa história de Niterói por um caminho meio torto. Já fazia um tempo que a gente, aqui na equipe do Apresenta, vinha pensando no fenômeno das comunidades terapêuticas. As comunidades terapêuticas são instituições privadas que oferecem tratamento para pessoas com transtornos psiquiátricos ou que fazem uso de álcool e outras drogas. A maior parte delas são tipo chácaras, onde as pessoas ficam internadas por meses, isoladas da família e do mundo lá fora. E elas funcionam na lógica da abstinência, de uma “limpeza”, entre aspas, uma "cura". Esse é o primeiro problema. Várias pesquisas mostram que a abstinência não é um método que funciona pra todo mundo. Pelo contrário, muita gente fica presa numa lógica de internação e recaída, internação e recaída. E o isolamento social também vai na direção contrária de tudo o que a psiquiatria vem dizendo nas últimas décadas. Em grande parte dos casos, a melhor coisa que dá pra fazer é tratar a pessoa dentro do contexto dela. Da comunidade dela. Com a ajuda da família, dos amigos, dos empregadores, enfim.

A segunda coisa sobre as comunidades terapêuticas é que vira e mexe rolam denúncias de violação de direitos humanos, de trabalho forçado, e de lugares que simplesmente não têm nenhum preparo para atender essas pessoas. Que têm métodos, no mínimo, duvidosos, baseados não na ciência, mas na religião. A maioria das comunidades é vinculada a igrejas – principalmente evangélicas, mas não só. E o fato delas estarem espalhadas pela zona rural não facilita muito a fiscalização.

O terceiro problema é que, apesar de tudo isso, e apesar de muitos especialistas considerarem as comunidades terapêuticas manicômios disfarçados, muitas delas recebem repasse do governo federal. A pesquisa "Raio X das Comunidades Terapêuticas"², da Frente da Saúde Mental, apontou que existem 630 comunidades terapêuticas no Brasil financiadas pelo Governo Federal. Menos da metade delas apresentou de fato um projeto terapêutico pro governo para receber esses recursos.

² <https://frentedasaudemental.com.br/raio-x-das-comunidades-terapeuticas/>

Então, beleza, tava claro pra gente qual era o problema das comunidades terapêuticas. Está claro o que a gente não quer. Mas quando você vai procurar onde é que está a alternativa para elas, você percebe o tamanho do buraco.

Os dados do Ministério da Saúde³ mostram que, em 2022, o Brasil tinha só 469 CAPS AD – que são esses focados em álcool e outras drogas. E menos de um terço deles são CAPS tipo 3 e 4, que são as unidades com atendimento 24h e com leitos para o acolhimento noturno – como é o CAPS Alcenir Veras. Aliás, esse é o único CAPS AD de Niterói. A grande maioria dos municípios do país não tem nenhum. Tem outro serviço que faz parte do SUS que são as Unidades de Acolhimento Adulto e Infanto-juvenil, que funcionam como residências temporárias para quem faz uso abusivo de álcool e outras drogas. Só que tem só 70 delas no país inteiro, ainda menos que os CAPS AD. Também faltam leitos de psiquiatria nos hospitais gerais, falta ter mais centros de convivência – que são outros espaços comunitários do SUS pro cuidado da saúde mental...

Ou seja, a gente sabe o que a gente não quer – o isolamento, a falta de projetos de tratamento, a violação de direitos humanos. E a gente já conhece os caminhos possíveis para fazer diferente. Mas, ao mesmo tempo, a gente ainda parece estar longe de ter essa solução à mão. Porque ainda precisa ter mais *de tudo*. E isso falando de um problema que afeta a vida de muita gente. Não só de quem se vê lutando contra uma dependência, mas de todo mundo que está em volta. Muitas famílias se sentem completamente sem saída, e sem proteção, também. Porque é claro que existem riscos reais quando o assunto envolve álcool, drogas, transtornos psiquiátricos... Não tem nada de fácil nisso. Já ia ser difícil se tivesse CAPS em todo canto, imagina sem ter. Quando eu vi as notícias sobre a rejeição que esse CAPS de Niterói estava sofrendo por parte da vizinhança, eu fiquei me perguntando se era porque essa lógica dos manicômios ainda estava impregnada na cabeça das pessoas. A mesma lógica que alimenta as comunidades terapêuticas. Se as pessoas estavam mesmo era querendo que os usuários do CAPS AD fossem levados para bem longe. Sei lá, para a zona rural, para esses manicômios do presente. E eu nem tô falando dessa história do CAPS de Niterói especificamente, porque procurando no Google, a gente acha outros casos parecidos. De

3

<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/caps/raps/arquivos/dados-da-rede-de-atencao-psicossocial-raps.pdf/>

abaixo-assinados, de manifestação de vizinhos em São Paulo⁴, em Brasília⁵...

Eu sei que é errado uma jornalista mergulhar numa pauta achando que sabe tudo o que vai encontrar. Ou entrar numa entrevista achando que sabe tudo que os entrevistados vão dizer. Mas era assim que eu estava me sentindo antes da Thayssa e eu, de a gente falar com as pessoas que foram contra a instalação do CAPS Alcenir Veras naquele lugar. O síndico do prédio vizinho, a escola, os pais dos alunos... Eu tinha certeza que alguém ia dizer que esse tipo de serviço não tinha nem que existir. Que redução de danos não presta, ou que as pessoas que usam álcool e outras drogas não merecem esse tipo de cuidado. *Ninguém* disse isso. Todo mundo fez questão de dizer que esses CAPS são muito importantes, até o vereador do PL. Só que, muitas vezes, isso vinha acompanhado de um "mas". "Tem que ter, é bom que tenha... mas não aqui". Essas respostas, esse "mas", não eram exatamente o que eu estava esperando. Mas isso me deixou pensando em como o assunto das drogas muitas vezes vira mais sobre o onde do que sobre o *como*. A gente – que não trabalha com isso – às vezes se pega pensando menos com como as pessoas estão sendo acolhidas e mais com a questão espacial. E não no sentido de saber se o espaço onde as pessoas estão sendo cuidadas é saudável ou não, mas de quão longe ou perto ele está *da gente*.

A gente vê muito isso com as cracolândias, por exemplo. Muitas vezes, o que preocupa as pessoas não é a existência da cracolândia, quais problemas sociais permitiram que ela surgisse, ou a condição em que aquelas pessoas vivem... Mas sim *onde é que ela está*. Pra onde é que ela tá indo, quais bairros ela tá afetando... Eu não tô dizendo que isso não deva preocupar, que o onde não é importante, ou que não existe nenhum risco real nesses conflitos territoriais. É só que esse "não no meu quintal" parece escancarar muita coisa sobre a maneira como a gente pensa o mundo. É como se a gente, a sociedade, ou uma parte dela, quisesse empurrar certas questões para dentro de um buraco, para longe da vista. Sempre um pouquinho mais para lá, 500 metros mais distante... até a gente conseguir tocar a vida sem lembrar que aquilo existe.

⁴ <https://peticaopublica.com.br/viewsignatures.aspx?pi=BR135857&pg=2>

⁵

<https://www.metropoles.com/distrito-federal/ameaca-de-saida-do-caps-do-setor-comercial-preocupa-profissionais-da-area>

Por mais que a Thayssa nunca nem tivesse notado aquele lugar que estava no meio do caminho dela, quando ela entrou lá, veio um sentimento muito familiar. E não só isso. O que ela sentiu foi que ela queria ter descoberto aquele lugar antes. Não por ela, mas por outra pessoa.

Thayssa Rios: Acho que o dia, assim, sabe, que mais me marcou, fiquei realmente emocionada na hora, foi a conversa com o Ubirajara e com o Claudio, sabe.

Bia Guimarães: Ela me contou por áudio de WhatsApp, porque era assim que a gente ficava trocando ideia durante a produção dessa história.

Thayssa Rios: Que eu olhei para eles, dois homens pretos que moram aqui na mesma região que eu e me contando situações tão familiares para mim, sabe? Era exatamente o que meu pai estava ali vivendo, e eu, na época, não tinha a mínima ideia do que fazer, de como ajudar. De como lidar com aquilo.

Bia Guimarães: O pai da Thayssa chamava Wilson, mas pros mais chegados ele era o Tudinho.

Thayssa Rios: Eu sempre fui, desde pequena, completamente apaixonada por ele. Eu amava, igual... amava não, né? Amo.

Bia Guimarães: O Tudinho começou a trabalhar muito novo, e teve várias profissões ao longo da vida. Depois ele se estabilizou como corretor de imóveis, mas a bebida foi aos poucos entrando no caminho. E em casa as coisas também foram ficando difíceis.

Thayssa Rios: Eu falava assim: "é o meu pai bêbado e o meu pai sóbrio. E eu amo meu pai sóbrio e detesto meu pai bêbado." E aí eu fui entendendo que não, sabe? Que não existia aquela separação. Eu não tinha dois pais, eu tinha um pai. E eu tinha um pai que precisava muito de ajuda e de muita coisa que ele não admitia, que eu acho que ele talvez nem entendesse que ele precisava. Eu não tinha tanto conhecimento a fundo, assim, sobre CAPS até a gente começar a fazer essa pauta. E ali, quando eu fui lá no CAPS AD, eu fiquei muito com uma sensação de olhar e falar: "Caramba", talvez isso

aqui pudesse ter sido um lugar para o meu pai. Para o meu pai e, assim, para mim também enquanto família. Porque eu ficava muito perdida. Eu ainda sou jovem, eu tenho 26 anos, eu era ainda mais jovem. Então assim, para mim ali foi bom, ao mesmo tempo, sabe? De olhar e falar assim: "Cara, que bom que existe esse lugar para as pessoas"... E, ao mesmo tempo, uma pena, assim, sabe? Tipo: "Caraca, pai, como eu queria, sabe, que você tivesse conseguido isso", sabe? Chegar nessa outra fase.

Bia Guimarães: O pai da Thayssa, o Tudininho, morreu dois anos atrás.

Thayssa Rios: Toda vez que eu passo ali agora eu olho, eu olho para aquele espaço ali. Pô, mudou completamente a minha percepção de um lugar que eu passava batido, não prestava atenção.

Branca Vianna: Essa foi a Thayssa Rios, com a Bia Guimarães. Essa história foi produzida com o apoio do Instituto Betty e Jacob Lafer e do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, IEPS, uma organização que contribui para o aprimoramento de políticas públicas para a saúde no Brasil e que é responsável pela Secretaria Executiva da Frente Parlamentar da Saúde Mental no Congresso Nacional.

O quintal da nossa segunda história é bem diferente do quintal da primeira. E tem alguns milhares de quilômetros entre as duas. Mas tem um sentimento partilhado aí entre o pessoal de Niterói e as pessoas que a Bárbara Rubira ouviu para este segundo ato: a compreensão de que aquilo que tá incomodando eles ali, naquele "quintal", entre aspas, serve para um bem maior. Um bem coletivo, mas que, nem por isso, deixa de incomodar.

Vamos à Bárbara.

ATO 2: Vento no litoral

Bárbara Rubira: Tem uma obra grande acontecendo aqui perto da minha casa. É a construção de uma estação de metrô. A obra está indo bem devagar, sabe-se lá quando vai ficar pronta. De vez em quando eu passo lá a pé e vejo o movimento do canteiro de obra... mas, a maior parte do tempo, eu não penso sobre isso.

Já uma amiga minha... Ela alugou um apartamento que fica exatamente do lado da obra. Do lado mesmo. A janela do quarto dela dava direto pro canteiro. E aí, você deve imaginar... Ela não conseguiu ficar muito tempo morando ali. Por motivos óbvios. O barulho era enlouquecedor. Era máquina ligada todo dia, o dia todo. Ela me contou que tinha uma das máquinas que era a pior de todas. A que fazia o barulho mais alto e insuportável. E tinha vezes que essa máquina passava a noite ligada. E ela não conseguia dormir.

Quando ela me contou isso, eu ofereci a minha casa pra ela dormir. Porque eu moro perto dela – e da obra – só que daqui não dá pra ouvir nada. Mas ela acabou desistindo de morar no apartamento. Aí um dia desses, depois que ela já tinha se mudado para outro lugar, ela tava aqui em casa, e falou: “tá ouvindo isso?” E... eu não tava. Ela falou: “fica em silêncio. Tá ouvindo, a máquina?” E aí, no fundo, lá longe, eu consegui ouvir. Era um ruído contínuo, de máquina mesmo, bem baixinho por causa da distância. Eu nunca tinha ouvido esse barulho antes. Quer dizer: ele sempre esteve ali, só que eu nunca tinha reparado. Mas, para ela, que tinha convivido com o ruído tão de perto, e por tanto tempo, não tinha como não escutar.

A mesma coisa me aconteceu de novo.

Zé Bureta: Você está ouvindo esse barulho, tá?

Bárbara Rubira: Durante uma viagem que fiz para o Piauí...

Zé Bureta: Se você tirar o fone, você ouve um pouco de barulho deles lá.

Bárbara Rubira: Quando esse senhor – o Zé Bureta – tentou me fazer escutar um barulho. E eu... não estava ouvindo nada.

Bárbara Rubira: Eu escuto o barulho do giro. É bem suave, mas é que eu acabei de chegar. Para quem tá aqui todos os dias, deve ser diferente.

Zé Bureta: Nós não tinha. Nós não tinha esse barulho.

Bárbara Rubira: O Zé vive há muitos anos na Pedra do Sal, uma comunidade que fica no litoral do Piauí, no município de Parnaíba. Ele é pescador, cresceu ouvindo o mar, os passarinhos... e aí, chegou um barulho novo.

Bárbara Rubira: E eu queria saber do senhor se você tem alguma memória, assim, de quando começaram as construções. O senhor sabia que ia se

construir uma coisa na frente da sua casa?

Zé Bureta: Não, ninguém sabia.

Bárbara Rubira: O que ele lembra é que, um dia, um sobrinho dele chegou em casa dizendo que estavam começando uma obra grande ali perto.

Zé Bureta: Um sobrinho meu saiu pras bandas dali do mato, acho que foi catar caju, ou foi pescar... eu sei que quando ele chegou, ele disse "rapaz, ali no Jatobá está uma destruição feia, um monte de máquina, estão fazendo uma estrada lá e já estão aterrando o tanque de Jatobá" e aquela coisa... "Rapaz, que conversa é essa?"... Aí eu aqui saí e fui ver. Aí quando cheguei lá, está lá as máquinas trabalhando, eles já estavam lá nesse tanque lá. O tanque é um lago, assim, uma lagoa, a gente chama aqui de tanque. Aí... "rapaz, que armação é essa?", disseram: "Não, isso aí é porque vão botar uns catavento aí para gerar energia". E aí foi expandindo, e hoje está desse jeito aí.

Bárbara Rubira: Há dez anos, o Zé se tornou *vizinho* de uma usina eólica. É o Complexo Eólico Delta Piauí, da empresa brasileira Serena. Uma parte das torres fica na Pedra do Sal e a outra na cidade vizinha, Ilha Grande. Ao todo, são 69 torres – ou aerogeradores – que têm capacidade suficiente para abastecer pelo menos umas 40 mil casas. Do portão da casa do Zé Bureta, a uns 400 metros, dá pra ver uma das torres da eólica Porto Salgado, que faz parte do tal Complexo Delta. É ela a responsável pelo ruído aerodinâmico do giro que tanto incomoda — e que eu não consegui deixar de ouvir o restante do tempo que eu fiquei ali.

Zé Bureta: De repente esses parque eólico chegaram, aí essa empresa se instalou, colocou esses, esses aerogerador, como você está vendo aí.

Bárbara Rubira: Pedra do Sal tem sido palco – e o Zé Bureta, uma testemunha ocular – de uma coisa que tem acontecido muito no Brasil. A construção de grandes usinas de energia eólica. Já tem mais de 11 mil torres⁶ instaladas no país. E até 2030, a gente precisa construir muito mais para conseguir cumprir com uma promessa feita durante a COP 28 – a Conferência do Clima que aconteceu em dezembro de 2023. Lá, o Brasil e outros 200 países fizeram um acordo de que, até 2030, o mundo precisa triplicar a geração de energia renovável. Isso se a gente

⁶ <https://abeeolica.org.br/brasil-permanece-em-6o-lugar-no-ranking-mundial-de-energia-eolica/>

quiser limitar o impacto das mudanças climáticas. É disso que se trata a ideia de transição energética. O que quer dizer o seguinte: a gente tem que parar de usar combustíveis fósseis para produzir energia. *Urgente*. A queima deles libera um monte de gás carbônico e outros gases de efeito estufa. E se a gente continuar soltando esse tipo de coisa na atmosfera, não vai dar pra conter o aquecimento do planeta. Para descarbonizar a matriz, o jeito é investir em outras fontes.

E tem várias alternativas nesse "cardápio" da energia que a gente convencionou chamar de limpa. Energia solar. Energia hidrelétrica. Energia eólica. Elas são produzidas com recursos renováveis. Elas não emitem quantidades absurdas de gases de efeito estufa para produzir energia, como acontece, por exemplo, com uma termelétrica a carvão. E elas têm se tornado, também, mais vantajosas economicamente. Então... tem vários motivos para as torres estarem se espalhando pelo país. Vários deles estão lá... na Pedra do Sal, que é uma praia – a única praia, aliás – de Parnaíba, que é a segunda maior cidade do estado do Piauí.

Maylla Oliveira: É uma praia que fica, você pega no mapa do Piauí, fica localizado beeeeeem na pontinha litorânea, lá em cima [risos].

Bárbara Rubira: Se você pegar o mapa do Piauí, você vai ver também que o litoral do estado é curtinho. E toda a costa piauiense⁷ está dentro de uma área de proteção – a APA [Área de Proteção Ambiental] do Delta do Parnaíba – que pega também uma parte do Maranhão e do Ceará. Eu fui até essa pontinha do Piauí porque eu queria ver como essa comunidade pequenininha, que fica em um litoral também pequeno, tem sentido os efeitos desse esforço global. Para chegar até lá, eu saí de Parnaíba pela rodovia PI-116, em um dia com bastante sol — e bastante vento. E já, no meio do caminho, eu comecei a ver as torres do Complexo Delta. Elas ficam a algumas centenas de metros de distância das casas na beira da estrada, em meio à vegetação nativa. Mas elas ocupam uma área que, depois eu fui entender, é parte importante do cotidiano e do modo de vida ali.

7

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-delta-do-parnaiba/informacoes-sobre-visitacao-apa-delta-do-parnaiba/area-de-protecao-ambiental-delta-do-parnaiba#:~:text=A%20%C3%81rea%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental.Cear%C3%A1%2C%20percorrendo%20todo%20litoral%20Piauiense.>

Maylla Oliveira: Se as pessoas fossem, vamos dizer assim, criar uma Pedra do Sal, né? A gente tem o farol, a gente tem dunas, a gente tem lagoas, pés de cajueiro, a gente tem pés de murici...

Bárbara Rubira: Essa é a Maylla.

Maylla Oliveira: Maylla Maria Souza de Oliveira. Eu sou formada em Psicologia pela Universidade do Piauí e concluí o mestrado na minha área, todo voltado para a pesquisa relacionada às comunidades, às comunidades tradicionais pesqueiras...

Bárbara Rubira: A Maylla nasceu e cresceu na Pedra do Sal. E ela vive lá até hoje com a mãe dela, a Norma.

Norma Souza: Então, me chamo Norma Sueli Nascimento de Souza. Sou filha, neta, bisneta de pescador, extrativista e artesão.

Bárbara Rubira: E tanto a Maylla, quanto a mãe dela, a Norma, e o Zé Bureta, que viveram por ali a vida toda...

Zé Bureta: Eu pesco desde 15 anos. Desde 15 anos, estou com 65, 45 anos eu pesco, né.

Bárbara Rubira: 50 já então!

Zé Bureta: 50, é! 50 anos.

Bárbara Rubira: Quando eu conversei com eles, os três bateram na mesma tecla. Que a chegada das eólicas balançou o modo de vida que está estabelecido há gerações ali na comunidade.

Maylla Oliveira: E aí eu me lembro de um episódio muito marcante na minha vida que é: eu voltava de Parnaíba, né, a gente faz o percurso...

Bárbara Rubira: Aquele mesmo percurso que eu fiz, pela rodovia PI-116.

Maylla Oliveira: E aí no caminho eles vinham com as máquinas, com os tratores derrubando os cajueiros. Gente, aquilo ali foi muito marcante para mim, porque eu fiquei muito triste com aquilo. No instante que eu vi, eu já comecei a chorar, porque foi uma coisa que me afetou muito diretamente. Aquilo era a nossa vida, né? Aqueles cajueiros era a nossa história.

Bárbara Rubira: Segundo a Serena, a empresa responsável pelo complexo eólico, 94 hectares de vegetação precisaram ser derrubados na construção. Isso incluía cajueiros, e também outras plantas nativas da região, como o murici, o jatobá... Esses 94 hectares não são numa única área, tudo concentrado. Eles são espalhados pelo complexo todo, onde foram construídas as torres e os acessos entre elas. As torres e os acessos ocupam só uma pequena porcentagem da área das usinas. Então, no entorno, a vegetação segue de pé. Como medida de compensação, a Serena construiu um viveiro de mudas de plantas nativas, para fazer o processo de reflorestamento da região. E ela criou um esquema para comprar as sementes utilizadas de uma associação de catadores da comunidade.

Eu procurei a empresa, e eles me disseram que mais de 45 hectares já foram reflorestados. Mas as reclamações da comunidade sobre a destruição do cajueiral chegaram, por exemplo, no Iphan — o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Eles questionaram a empresa sobre esse impacto, já que a produção tradicional de cajuína piauiense é registrada como Patrimônio Cultural Brasileiro. A Serena entregou relatórios sobre outros temas, tipo alguns estudos arqueológicos sobre a região, mas nada sobre os cajueiros. Aí depois de anos de vai e vem de relatórios, a empresa contratada pela Serena para fazer as análises disse pro Iphan, em 2020, "não ter relatos de destruição do cajueiral". E o Iphan, numa vistoria feita em 2022, constatou que houve, sim, danos. Agora o Iphan está tentando desenrolar um acordo de medidas compensatórias, em conversas envolvendo a Defensoria Pública-Geral da União, e associações de moradores.

Só que... mesmo os pés que continuam de pé... quem mora lá, diz que eles não são mais a mesma coisa.

Zé Bureta: Antes não era assim. E depois que foi instalado... se você imaginar quantas toneladas de concreto, de ferro, tem no pé dum negócio esse aí enterrado no chão. Eu digo porque sei que eu vi quando estava construindo. Aquilo ali com certeza atinge o lençol freático. Com certeza.

Bárbara Rubira: Se você tem uma quantidade maior de concreto no solo, ele perde parte da capacidade de absorver água. E aí, a tendência é que o lençol freático sofra um rebaixamento... ele vai esvaziando, e aí o que sobra fica mais profundo. Essa mudança no solo pode ter um impacto negativo na flora, porque as plantas

têm menos água disponível... e tem também um impacto na outra atividade que move a Pedra do Sal, que é a pesca.

Norma Souza: Aqui a gente tem dois tipos de pescaria. Essa época, agora, de julho até final de outubro, começo de novembro, venta muito. E aí tem dia que os 'pescador' não vão para o alto mar pescar, então eles pescam nas lagoas.

Bárbara Rubira: Explica pra mim, por favor, Norma, como é que é essa coisa das lagoas...

Bárbara Rubira: Essas lagoas são formadas naturalmente pelas diferenças no relevo, em épocas de cheia.

Norma Souza: Quando o mar é grande e quando chove, entra a água do rio e vem pelos sangradouros, vem e entrando lagoas. E parte das lagoas aqui, é água mesmo da chuva. São lagoas grandes que ficam cheias de um ano para o outro. Com a questão das eólicas, para eles 'instalar' os parques deles, as torres, o que é que aconteceu? Para eles abrir acesso para eles, eles tiveram que aterrar os sangradouros...

Bárbara Rubira: E esses canais criados naturalmente pelo relevo, que a Norma chama de sangradouros, além de conectarem essas lagoas formadas pela água da chuva entre si, também servem de caminho para a migração dos peixes entre o mar e os rios.

Norma Souza: E esses peixes, eles 'desova' em água doce e aí, quando eles desovavam, eles povoavam as lagoas. Onde os 'pescador', onde a gente, as mulheres, pescavam na lagoa, os siris que entravam. Hoje em dia a gente não tem mais isso.

Bárbara Rubira: O que a Norma e outros moradores relatam é que, na construção do parque eólico, para fazer as vias e os acessos conectando as torres, alguns desses sangradouros foram aterrados. E aí, algumas lagoas onde antes havia pesca foram perdidas.

Zé Bureta: Então são lagoas que nunca mais vão sangrar, né? Não vai mais passar peixe porque não tem mais como, porque a passagem da água foi tapada e diz que não tem mais jeito.

Bárbara Rubira: Eu procurei a Serena perguntando sobre esses relatos, e a empresa afirma que as lagoas foram levadas em conta no jeito como a usina foi construída. Eles dizem também que onde a conexão entre as lagoas foi prejudicada, foram construídas tubulações para deixar a água passar. Os pescadores com quem eu conversei enquanto estava lá na Pedra do Sal me disseram que isso não foi o suficiente, porque eles percebem ali, no dia a dia, que o regime das águas mudou. E a presença dos peixes também. Eu procurei a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí, mas eu não recebi resposta até o fechamento dessa reportagem.

De tudo o que eu ouvi na Pedra do Sal, tem um ponto que eu considero a principal reclamação da comunidade. O sentimento de que eles sacrificaram muita coisa para que pudesse haver geração de energia ali, no quintal deles, mas não ganharam muito em troca.

Zé Bureta: Pensava que ia trazer algum benefício para a comunidade, né? Que não traz benefício nenhum. Eu acho que, na comunidade toda, se tiver dez pessoas que trabalhem, têm muito. E o pessoal pensava que ia gerar muito emprego para a comunidade mas se enganaram.

Bárbara Rubira: A maior parte das pessoas que trabalharam na construção das usinas veio de outros lugares. E hoje, na operação, são bem poucos os moradores de Pedra do Sal que trabalham pras eólicas, até porque quase ninguém ali tem formação profissional pra isso.

Zé Bureta: Diz que em todo lugar onde se instala uma usina dessas, eles instalam um parque desse, a comunidade tem uma compensação, de qualquer maneira, tem compensação. Aqui não. Aqui ninguém tem compensação de nada, porque o que poderia amenizar um pouco o dano que eles causaram ao meio ambiente aqui se tivesse uma energia pra comunidade de um custo 'menos', né?

Bárbara Rubira: Por mais que as eólicas, em um nível nacional e global, sejam muito importantes pra gente proteger o meio ambiente... ali, no local, elas afetam... o meio ambiente. E quem vê e sente isso é quem está ali. Localmente, pelo menos ali em Pedra do Sal, a sensação que fica para eles é de um saldo negativo. Nem a conta de energia elétrica deles caiu de preço.

Zé Bureta: Eu costumo dizer assim a gente mora dentro de um restaurante e come a comida mais cara do mundo, que a gente mora onde gera um monte de energia aí e a gente tem uma energia caríssima dentro da comunidade da gente e não tem benefício nenhum para ninguém.

Bárbara Rubira: Depois que eu voltei do Piauí, eu conversei com uma diretora da Serena – a Livia Mariz, que é responsável pelo desenvolvimento de negócios da empresa.

Livia Mariz: A gente tem uma filosofia na companhia e um valor na companhia, que é sermos bons vizinhos, que parece simples, mas é bem complexo. E não é fácil de executar.

Bárbara Rubira: E dentro dessa política de "boa vizinhança", a Serena buscou deixar também alguns impactos positivos para comunidade no entorno do complexo.

Livia Mariz: De forma perene e estruturante, qual foi a contrapartida que a gente propôs? Foi a construção de um centro de educação, chama Centro de Educação Janela Para o Mundo, que é um centro que ele tem dois eixos: o eixo de educação e o eixo de geração de renda e empreendedorismo.

Bárbara Rubira: O Janela para o Mundo fica no Labino, uma comunidade vizinha à Pedra do Sal, no município de Ilha Grande. É onde fica a outra parte do Complexo Delta. Lá, eles oferecem gratuitamente reforço escolar para crianças, aulas de inglês, de programação, preparatório para o Enem... Segundo a Serena, o centro já atendeu mais de 1500 alunos. Eu perguntei para a Maylla, para a Norma e para o Zé sobre o centro. Eles me disseram que a iniciativa é inacessível para parte da comunidade por um motivo simples: às vezes falta dinheiro para bancar o transporte de possíveis alunos da Pedra do Sal até a comunidade vizinha. É claro que essa comunidade, no longo prazo, nessa visão mais macro, também vai se beneficiar do esforço para limpar nossa matriz energética. Não é à toa que a gente chama o aquecimento de... global.

Se a gente não conseguir diminuir a quantidade de carbono na atmosfera e limitar o aquecimento do planeta a 1 grau e meio, já diria Marília Mendonça... todo mundo vai sofrer. Inclusive a Pedra do Sal. O caso deles não é isolado. Tem relatos de comunidades impactadas por empreendimentos eólicos pelo Brasil todo — principalmente em estados da região Nordeste, que concentra quase 90% da geração eólica do país.

Maylla Oliveira: Isso não é uma coisa que acho que é exclusiva aqui do Piauí. Isso é uma coisa que acontece no Rio Grande do Norte, que acontece no Ceará, que acontece em muitos outros lugares.

Bárbara Rubira: Tanto não é uma coisa isolada que tem um grupo chamado: Movimento dos Atingidos pelas Renováveis. Eu conversei com algumas pessoas que fazem parte e escutei várias reclamações parecidas: as eólicas chegam, geram poucos empregos, que são temporários, cortam a vegetação nativa, causam impacto nos lençóis freáticos, o barulho dos aerogeradores incomoda... e a sensação que fica é que as medidas de compensação não são suficientes.

Uma liderança desse grupo me disse que eles não são contra as energias renováveis. Eles reconhecem a importância da descarbonização da matriz, e sabem que, no fim das contas, a expansão das eólicas é inevitável. O que eles defendem é que a gente repense como tá fazendo isso. Que a gente reveja os modelos de implantação e de compensação, para essa transição não deixar ninguém para trás.

Branca Vianna: Essa foi a Bárbara Rubira. Essa história foi produzida com o apoio da Thomson Reuters Foundation. O conteúdo é de inteira responsabilidade da Novelo.

Obrigada por ouvir mais este episódio do Rádio Novelo Apresenta.

Na página desse episódio no nosso site, dá para conferir o jornalzinho dos usuários do CAPS AD Alcenir Veras e algumas fotos que a Bárbara Rubira tirou lá na Pedra do Sal – e também tem a transcrição completa do episódio.

A gente agradece mais uma vez à psiquiatra Nicola Worcman, que fez uma leitura cuidadosa do roteiro do primeiro ato, pra gente não falar nenhuma besteira. Entre a escuta de um episódio e outro, você pode assinar nossa newsletter, seguir o canal da Novelo no WhatsApp, e acompanhar a gente nas redes – @radionovelo no Instagram, no Threads, ou no Bluesky.

Se você quiser ajudar o Rádio Novelo Apresenta, você pode seguir a gente no seu aplicativo de áudio preferido, deixar um comentário... e, sobretudo, compartilhar o podcast com alguém na sua vida. Com certeza tem um certo alguém que tá

precisando ouvir a palavra do Apresenta. Para falar com a gente, é só marcar @radionovelo nas redes sociais ou mandar email pro apresenta@radionovelo.com.br.

O Rádio Novelo Apresenta é um original da Rádio Novelo.
Tem episódio novo toda quinta-feira.

A direção criativa é da Paula Scarpin e da Flora Thomson-DeVeaux.

A produção executiva é da Marcela Casaca, e a gerência de produto é da Juliana Jaeger.

A Natália Silva é editora executiva.

Nossos repórteres e roteiristas são o Vitor Hugo Brandalise, a Évelin Argenta, a Bia Guimarães, a Sarah Azoubel, a Carol Pires, a Bárbara Rubira, e a Carolina Moraes.

A Ashiley Calvo é produtora.

A checagem deste episódio foi feita pelo Rodolfo Vianna e pela Caroline Farah.

O desenho de som desse episódio é da Bia Guimarães e da Mariana Leão.

Nesse episódio, a gente usou música original de Stela Nesrine e Amon Medrado. E também da Blue Dot.

A mixagem é da Bia Guimarães e da Júlia Matos.

O desenvolvimento de produto e audiência é feito pela Bia Ribeiro.

O design das nossas peças é do Gustavo Nascimento.

A nossa analista administrativa e financeira

é a Thainá Nogueira,

a nossa coordenadora executiva é a Lara Martins,

e a nossa estagiária é a Isabel de Santana.

Obrigada, e até a semana que vem.